

RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.131 - AM (2017/0156613-7)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : M L R DOS S
ADVOGADO : ROOSEVELT JOBIM FILHO - AM003920
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
AGRAVANTE : O F DA G
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por O F da G, em adversidade à decisão que inadmitiu o recurso especial contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fl. 1738/1740):

AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE MEDIAÇÃO PARA SERVIR A LASCÍVIA DE OUTREM. CRIME DE FAVORECIMENTO DA PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL. CASA DE PROSTITUIÇÃO. SEQÜESTRO E CÁRCERE PRIVADO DE MENOR DE IDADE. SUBMETER CRIANÇA OU ADOLESCENTE À PROSTITUIÇÃO OU À EXPLORAÇÃO SEXUAL. NEGATIVA DE AUTORIA DOS RÉUS NÃO CONVINCENTES, POIS EIVADA DE CONTRADIÇÕES. AUTORIAS E MATERIALIDADES COMPROVADAS. PROVAS TESTEMUNHAIS QUE CONFIRMAM OS FATOS TÍPICOS DESCRITOS NA DENÚNCIA MINISTERIAL. AÇÃO PENAL PROCEDENTE. PRELIMINARES I - EM PRELIMINAR.

1.1 PRELIMINAR DE NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA DECORRENTE DA INEXISTÊNCIA DE DECISÃO JUDICIAL AUTORIZADORA DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS.

- Na presente ação penal, a defesa pode contraditar a prova obtida de forma regular, visto que se encontram juntada aos autos na parte do Relatório de Inteligência relativa ao caso em questão, as mídias com os áudios coletados com autorização judicial, bem como cópia das transcrições das conversas telefônicas. Além disso, convém mencionar que a Egrégia Quinta Turma do Colendo Superior Tribunal de Justiça, considerou válida gravação de interceptação telefônica

ocorrida em outro processo, sem que haja a necessidade de juntada da cópia da decisão judicial que a autorizou.

PRELIMINAR REJEITADA.

1.2 PRELIMINAR DE NULIDADE EM RAZÃO DE PROVA EMPRESTADA DE OUTRO PROCESSO SEM QUE HAJA CONEXÃO COM OS AUTOS.

- As interceptações telefônicas foram provenientes do procedimento criminal diverso n. 2006.32.00.005104-0, que propiciou identificar uma organização criminoso em atuação no Estado do Amazonas, mais especificamente na administração da Prefeitura Municipal de Coari/AM, voltada para fraudes em licitações e desvios de recursos públicos federais, estaduais e municipais e promovendo a ocultação de bens obtidos de forma ilícita, conforme Portaria oriunda da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amazonas. Segundo o aludido ato, foi detectada a prática de condutas supostamente criminosas que, prima facie, não guarda relação direta como objeto da investigação principal, quais sejam, agenciamento de mulheres adultas e adolescentes para a prática de sexo, atraindo-as para a prostituição e ainda tirando proveito dessa prática mediante cobrança de dinheiro pelos seus serviços, razão pela qual fora investigada em separado, com aproveitamento das provas colhidas, inclusive aquelas com a utilização de interceptações telefônicas autorizadas judicialmente, dentre as quais, alguns trechos das interceptações que serviram de alicerce a embasar a peça acusatória

PRELIMINAR REJEITADA.

1.3 PRELIMINAR DE NULIDADE DE DESLOCAMENTO DO FEITO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA SEM QUE A RATIFICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS ANTERIORMENTE REALIZADOS.

*- há de se ressaltar que assim que os autos foram remetidos a este e. Tribunal, o Desembargador Relator abriu vista ao Procurador-Geral do Ministério Público, que analisando o processo, promoveu pela realização de novos interrogatórios dos acusados, seguindo-se a nova sistemática prevista na Lei nº 11.719/2008 (fls. 966/973). Vê-se, portanto, que o Órgão Ministerial, após analisar a vestibular ofertada e os demais atos praticados no Juízo inicialmente competente, não vislumbrou qualquer irregularidade ou mácula que pudesse contaminá-los, opinando pelo prosseguimento da ação com o reinterrogatório dos réus, o que demonstra que, ainda que implicitamente, concordou com os termos da denúncia apresentada, ficando, portanto, tacitamente ratificado por este Relator os atos anteriormente praticados pelo Juízo de Direito da Comarca de Coari. **PRELIMINAR REJEITADA.***

II - NO MÉRITO DA AÇÃO PENAL.

II. 1 NEGATIVA DE AUTORIA DOS RÉUS QUE NÃO CONVINCE, POIS EIVADA DE CONTRADIÇÕES

- À luz das provas colhidas em juízo, que em tudo estão afinadas com as coligidas em sede inquisitorial, vê-se tratar-se de diversos crimes que se entrelaçam e que eram perpetrados pelos réus, em concurso de agentes, contra mulheres adultas e adolescentes.

- Pelo que se extrai dos depoimentos, os integrantes do grupo de exploração sexual atuavam em locais diversos, segundo o depoimento da testemunha, Maria Lândia, ou Lândia, atuava somente em Coari (fl. 1.070) e tinha como função fazer o recrutamento e a intermediação de mulheres e adolescentes entre Adriano Salan e o então prefeito da cidade de Coari Manoel Adail Amaral Pinheiro. A vítima e testemunha, Karla Alexandra de Souza Coelho, revela que Maria Lândia e seu esposo Eudes de Souza Azevedo, juntamente com réu Osglébio, vulgo Canarana, a levaram, sob ameaça com arma de fogo, de Coari até a representação em Manaus, para se encontrar com o réu Manoel Adail Amaral Pinheiro para fins libidinosos, mantendo-a em cativeiro, o que qualifica o tipo penal delineado nos arts. 227, § 2º; 228 § 2º, 229, todos do CPB, 244-A do ECA, em conexão com art. 148, § 1º, IV, do CPB, c/c arts. 29 e 69 do CPB.

- é de ter-se como decisiva a coparticipação do réu Manoel Adail Amaral Pinheiro, posto que era o maior beneficiado com os "serviços", logo era quem dava ordens e determinava os planos a serem executados, vindo à colação da causa o enunciado do art. 29 do CPB, que prevê [Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.]

- Da análise das provas, depreende-se em favor da absolvição apenas a palavra contraditória dos próprios réus, vistos que todos afirmaram não serem verdadeiras as imputações contra si atribuídas, entretanto as demais provas produzidas em Juízo tornam as negativas de autoria inconsistentes e frágeis

- As provas carreadas para os autos e as originadas da instrução processual demonstram insofismável as participações dos acusados nesse hediondo episódio praticado contra a indefesa vítima.

- Todo o conglomerado fático não deixa dúvidas que as imputações assacadas contra os incriminados foram corroboradas não só pelo depoimento da vítima Karla Alessandra de Souza Coelho, como também pelo depoimento da

testemunha Eloym Antunes Lima de Assunção e Ana Célia de Souza, associadas às gravações de escutas telefônicas que integram o Inquérito Policial nº 289/2008, posto que há nexo causal entre as ações antijurídicas praticadas resultando em fatos típicos previstos na legislação penal nacional, tornando-as verossímeis a respaldar a prolação de um édito condenatório em desfavor de todos os réus destes autos. AÇÃO PENAL PROCEDENTE.

Apresentados embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ fls. 2.311/2.320)

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 3150/3176), alega a parte recorrente violação dos artigos 3º, 41, 158 e 381 do CPP, do artigo 460 do CPC, dos artigos 18, 62, inciso I, 148, §1º, inciso IV, 227 e 228 do CP e do art. 244-A do ECA. Sustenta: (i) a nulidade por falta de análise das teses defensivas; (ii) a impossibilidade da inclusão da agravante prevista no art. 62, inciso I, do CP, uma vez que não consta na acusação; (iii) a ocorrência de *bis in idem* na condenação; (iv) a não subsunção das condutas aos tipos penais; (v) a impossibilidade da condenação pelos crimes dos artigos 148, 227 e 228 do CP e do art. 244-A do ECA; (vi) o afastamento das qualificadoras previstas nos artigos 227, §2º, e 228, §2º, do CP .

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 3177/3202), o Tribunal *a quo* inadmitiu o recurso especial (e-STJ fls. 3203/3216), dando ensejo à interposição do agravo ora apreciado.

O Ministério Público Federal, instado a se manifestar nesta instância, opinou pelo não provimento do agravo em recurso especial (e-STJ fls. 3436/3441).

É o relatório. **Decido.**

Da análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando para tanto a ausência de prequestionamento, a incidência da Súmula n. 7/STJ e a não comprovação do dissídio jurisprudencial.

Não obstante, a parte agravante apresentou impugnação específica apenas em relação à ausência de prequestionamento, apresentando fundamentação quanto aos demais óbices, de forma vaga, genérica e, portanto, sem atender ao requisito de especificidade da impugnação.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.

2. Incabível a execução provisória da pena imposta a réu ao qual concedida a suspensão condicional da pena. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido e indeferido o pedido de execução provisória da pena. (AgRg no AREsp 1193328/GO, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 11/05/2018).

Nesse sentido, ainda, os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 880.709/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, julgado em 9/6/2016, DJe 17/6/2016; AgRg no AREsp n. 575.696/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, julgado em 10/5/2016, DJe 13/5/2016; AgRg no AREsp n. 825.588/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 5/4/2016, DJe 12/4/2016; AgRg no AREsp n. 809.829/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 21/6/2016, DJe 29/6/2016; e, AgRg no AREsp n. 905.869/ES, Rel. Ministra MARIA

Superior Tribunal de Justiça

THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 2/6/2016, DJe 14/6/2016.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, inciso I, do RISTJ, **não conheço** do agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator